

A PRODUÇÃO LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA, GO-2015

MILK PRODUCTION IN THE CITY OF ITAPURANGA, GO-2015

Edson Batista da Silva¹, Júlio César Soares², Danilo Rodrigues Barbosa³

¹Rua 2, Qd. 07, Lt. 14, S/N, Casa-1, Bairro Alto Santana,
Cidade de Goiás, CEP: 76600-000, (62)9636-9816, Brasil
E-mail: Edson_bat_silva@hotmail.com

²Rua Vicente Ferreira, Qd. 10, Lt.04A, Vila Moreira,
Itapuranga-GO CEP: 76680-000, (62)8562-1083, Brasil
E-mail: Juliosoares515@hotmail.com

³Rua A, esq C/08, Qd. 40, Lt.02, Setor Parque Alvorada,
Itapuranga-GO, CEP:76680-000, (62)8420-6909, Brasil
E-mail: danilobarbosa09@hotmail.com

Recebido 16 de Janeiro de 2019, aceito 23 de Junho de 2020

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a produção leiteira em Itapuranga-GO, sobretudo as modalidades de comercialização, armazenagem e as formas de produção do leite. O intuito é saber até que ponto há apropriação da renda da terra pelo campesinato do município. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Foram, também, realizadas pesquisas documentais e de campo, com levantamento de informações, dados estatísticos e realização de entrevistas semiestruturadas, mediante o uso de formulário previamente elaborado, além de observação sistemática da paisagem, com uso de diário de campo e máquina fotográfica, para a compilação de informações e captura de imagens. Os resultados revelam que há uma monopolização da produção leiteira em Itapuranga, tanto pelas empresas de laticínios, quanto por intermediários. Como linha de fuga, os camponeses

articulam-se em cooperativas, em redes de comercialização informal e constroem canais de comercialização direta. Com isso, pode-se afirmar que a resistência na terra é o meio mais eficaz de garantir a reprodução simples do campesinato local.

Palavras-chave: campesinato, agroindústria, produção leiteira, renda da terra.

Abstract: This article has as an objective to analyze the milk production in Itapuranga, especially the modality of commercialization, storage and the types of milk production. The intention is to know to what extent there is an appropriation of the income of the land by the peasantry of the municipality. For this purpose, a bibliographical research was carried out, with localization, survey, reading and reference annotations, as well as documentary research and field research, with information gathering, statistical data and realization of semi-structured interviews, through the use of a previously prepared form, in addition to systematic observation of the landscape, using field diary and camera, for the compilation of information and image capture. The results show that there is a monopolization of milk production in Itapuranga, both by the dairy companies and by the intermediaries. As a line of escape, the peasants are articulated in cooperatives, in informal marketing networks and they build direct sales channels. The resistance on land guarantees the simple reproduction of the local peasantry.

Keywords: peasantry, agro-industry, milk production, the land income.

Introdução

De acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2003), o município de Itapuranga contém 2.020 propriedades, dentre as quais 1.681 são pequenas unidades de produção, 290 médias propriedades e 55 grandes propriedades. Conforme a figura 1, Itapuranga localiza-se na microrregião de Ceres, conta com produção média anual de 54.000 litros de leite, o que equivale

a 18,84% da produção total da microrregião. O município é o maior produtor de leite, seguido por Rubiataba, Itapaci, Goianésia, Uruana, com produção de 10,36%, 9,0%, 7,41% e 7,20% da produção anual respectivamente (figura 1).

A produção diminuta dos demais municípios relaciona-se ao uso e a ocupação do solo pelos cultivos da cana, da soja, do milho e da seringa. Itapuranga, pelo contrário, ampliou a produção leiteira na segunda década de 2000. Em 2010, detinha produção anual de 27.060 litros de leite, com 24.600 vacas ordenhadas; em 2013, 30.140 litros, com 27.000 vacas em lactação e no ano de 2017, ampliou a produtividade, com 54.000 litros de leite recolhidos de 23.870 matrizes (IMB,2018). Nesse período, o campesinato local retomou áreas destinadas ao cultivo de cana (SILVA, 2015), e também ampliou o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO.

Goias apresentou queda no número de matrizes e na produção de leite, em 2010, havia 2.479.869 vacas ordenhadas, com a produção de 3.193.734 de litros de leite; em 2017, 1.984.981 vacas em lactação renderam 2.989.833 de litros de leite. Goias perdeu posições no *ranking* da produção leiteira brasileira, uma vez que era o segundo maior produtor de leite em 2001 e declinou para quinta posição em 2016, devido aos baixos índices de produtividade.

O Brasil ocupa o quarto lugar na produção mundial, devido aos baixos índices de produtividade. No mundo e no Brasil, a classe camponesa é funcional ao sistema capitalista, sua expulsão em massa incorre no risco de fortalecimento do capitalismo agrário. Com isso, o que se tem é a recriação subordinada como instrumento que permite a apropriação da renda da terra pelos capitalistas industriais, financeiros e comerciais. No Brasil, isso se soma à precariedade das políticas públicas para agricultura familiar camponesa, bem como a liberação do comércio internacional.

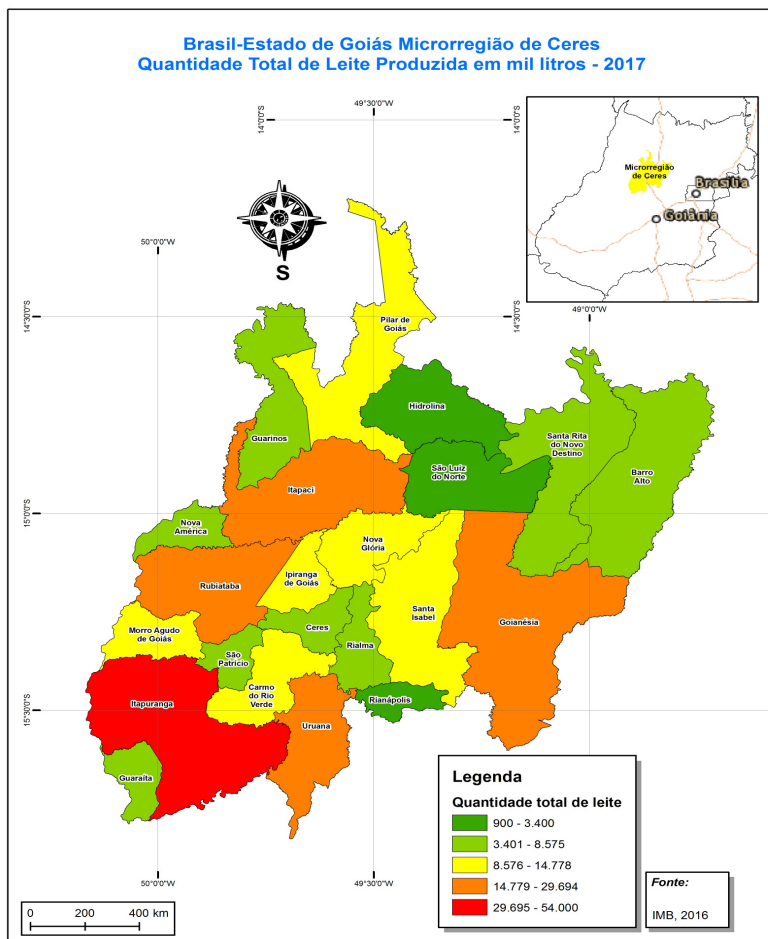


Figura 1 – Brasil - estado de Goiás – microrregião de Ceres – Quantidade total de leite produzido em mil litros-2017.

Diante da pressão do capital, os camponeses ficam subordinados às cooperativas, às agroindústrias, às corporações de insumos, e às casas agropecuárias na produção leiteira. Todo esse controle externo na produção de leite tem provocado o ecocídio, comprometido a sucessão rural, com isso, tem permitido apenas a reprodução simples. Todavia, a reação da classe revela-se

na passividade camponesa, ao promover nova tessitura do comércio informal. Em Itapuranga, tal como ocorre nos municípios brasileiros que concentram propriedades camponesas, a pecuária de leite é uma das principais atividades econômicas. O predomínio de propriedades camponesas, conduzidas pelo trabalho familiar reafirma sua importância para a economia local. Diante desses dados e pressupostos apresentados, indaga-se: até que ponto a produção de leite na agricultura familiar camponesa permite a apropriação da renda da terra pelo campesinato local?

Para responder a essa questão, foi utilizada pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Também se desenvolveu pesquisa documental no Instituto Mauro Borges-IMB, no INCRA, em portais de notícias, com localização, levantamento e compilação de dados estatísticos e informações da produção leiteira de Goiás e de Itapuranga. Além disso, também se desenvolveu pesquisa de campo, com realização de observação sistemática da paisagem, com uso de diário de campo. Brandão (2007) define a observação sistemática como observação organizada, com atenção para as relações, para a paisagem e para os acontecimentos cotidianos. Também foram registradas imagens de vários processos de produção, com uso de máquina fotográfica.

As fotografias tornam-se documentos que revelam concepções, percepções, conceitos e representações (SCHWARCZ, 2014). Além do que desenvolveu-se entrevista semi-estruturada, com uso de formulário prévio de entrevista, aplicados com nove camponeses “tradicionais” e um empresário rural do setor lácteo em novembro de 2015, nas comunidades do Laranjal, das Lages e do Córrego da Onça. As questões foram abertas, com exposição espontânea dos interlocutores. Os dados e informações coletadas foram apresentados em mapas, tabelas, gráficos, fotografias, organogramas e no próprio corpo do texto.

Em breve histórico, tem que a origem das comunidades pesquisadas relaciona-se à migração mineira para região central do estado nas décadas de 1940 e de 1950, ocasião em que famílias extensas adquiriram grandes propriedades em diversos municípios. Com o falecimento dos patriarcas, ocorreu a divisão das propriedades, que antes eram produtoras de arroz, milho, feijão, os quais foram substituídos pela pecuária leiteira. Na pesquisa, foi garantido o anonimato e o sigilo dos participantes, de modo proteger a integridade, a autonomia e a dignidade dos entrevistados, os quais receberão, aqui, nomes fictícios. É bom esclarecer que foi autorizada a captura e a divulgação de imagens da propriedade e das formas de produção leiteira desenvolvida. O artigo está dividido em três seções: na primeira, discute-se o conceito de campesinato; na segunda, analisa-se a apropriação da renda da terra na produção leiteira; a terceira parte debate a produção leiteira em Itapuranga-GO. No próximo item, a reflexão é sobre a categoria campesinato.

1. CAMPESINATO: CLASSE E FUNCIONALIDADE

Entende-se o campesinato como classe. A classe não nasce como o sol numa hora determinada, mas materializa-se no seu fazer-se (THOMPSON, 1997), pois está encarnada em pessoas e contextos específicos e é tecida nas experiências comuns partilhadas, no reconhecimento de interesses em comum. Pode-se sintetizar que a classe camponesa é fruto das práticas de acumulação primitiva e ampliada, que implicam experiências de expulsão, exploração, humilhação e subordinação. Analisar os camponeses na atividade leiteira em Itapuranga-GO remete-nos aos aspectos da subordinação camponesa, com sua funcionalidade para o capitalismo bancário, comercial e industrial, que, por sua vez, se apropriam da renda da terra (VERGOPOULOS, 1977; MARTINS, 1986).

Segundo Amin (1977), no século XIX, o capitalismo europeu esbarrou na apropriação da renda da terra pela propriedade fundiária. A resolução do

imbróglgio entre a burguesia urbana e a burguesia agrária vinculou-se à expansão da propriedade camponesa, com a negação do capitalismo agrário. Conformou-se uma agricultura sem capitalistas, os quais se tornaram o Estado, os monopólios de comercialização, industrialização e o setor financeiro (VERGOPOULOS, 1977). No Brasil, entretanto, a burguesia urbana também se tornou proprietária de terras. Firmou alianças com outras frações burguesas de tal modo a proteger o latifúndio e promover políticas agrícolas para a grande propriedade.

No agronegócio, inclusive do setor lácteo, os latifundiários são subordinados aos oligopólios atuantes em toda a cadeia de produção, mas participam da divisão de lucro e de renda gerado no segmento. No Brasil, é notória a subalternização da agricultura camponesa, como é o caso dos camponeses de Itapuranga-GO, que sofrem com a precariedade das políticas públicas destinadas ao setor lácteo. Muitos abandonam o campo porque negam essa sujeição, ou porque são expropriados pelos capitalistas. De acordo com Vergopoulos (1977), o campesinato não é um sujeito de fora do capitalismo, tampouco está em extinção, tendo em vista que o capitalismo, ao mesmo tempo, destrói o campesinato e o recria como parte de sua lógica constitutiva.

O endividamento e a precariedade das políticas públicas contribuem para a expulsão, e a monopolização, por sua vez, permite a recriação subordinada. Segundo Vergopoulos (1977), no capitalismo, o monopólio dos latifundiários da propriedade da terra implicou a sua rarefação e, por conseguinte, constituiu-se a renda da terra absoluta, com cobrança de mais-valia social ao conjunto da sociedade. Outras frações da burguesia defenderam a nacionalização da terra, com o argumento de que a pequena propriedade não provocaria problemas à apropriação da renda da terra pelos capitalistas *cidadinos* (VERGOPOULOS, 1977). Devido ao fato de ter menor capacidade de resistência ao modo de produção capitalista, com pouca tenacidade para interceptar a renda da terra, há uma forte defesa da reforma agrária.

Nos países capitalistas centrais, essa política promoveu apoio à pequena propriedade, ao mesmo tempo em que foram concedidas vantagens ao capitalismo industrial. Por seu turno, os camponeses não tinham condições de sobreviver se limitassem sua produção, nem conseguiriam controlar os preços das mercadorias. Evidente que houve nisso, historicamente, um jogo de perdas e ganhos, dependente dos aspectos conjunturais (PAULINO, 2012). No setor lácteo, os camponeses são funcionais porque evitam a monopolização da produção por grandes proprietários. Na realização da mercadoria camponesa, há a apropriação da renda da terra, tal qual ocorre na ampliação do preço dos insumos, na concorrência do mercado internacional, no endividamento proveniente do crédito e nos impostos estatais (MARTINS 1986, VERGÉS 2011).

O campesinato, uma vez inserido na engrenagem capitalista, se vê obrigado a ampliar a exploração do seu trabalho e da natureza, resultando na redução da qualidade de vida e o aumento do ecocídio, com destruição do ambiente (PAULINO, 2012; VERGÉS, 2014). A redução do preço do leite em Itapuranga-GO promoveu o uso indiscriminado das áreas de preservação permanente e das reservas legais para formação de pastagens, os processos erosivos causaram a degradação das gramíneas e o assoreamento dos cursos d'água. Tem, assim, o exaurimento da própria saúde do camponês devido ao trabalho extenuante. Conforme palavras dos camponeses: *“no leite não tem feriado, domingo, todo dia tem trabalho.”* A propriedade camponesa é pilhada de forma institucionalizada, indireta, direta e despersonalizada (VERGOPOULOS, 1977).

Por isso o campesinato luta contra a civilização do capital, sejam os camponeses sem-terra, os camponeses atingidos por barragens e os camponeses proprietários. O capitalismo recriou historicamente aquilo que sua lógica de desenvolvimento deveria destruir a propriedade camponesa. A necessidade de reprodução da propriedade camponesa não significa que os camponeses sejam reduzidos a trabalhadores em domicílio. Há uma monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1995), como é o caso dos camponeses de Itapuranga-GO, que se veem usurpados da renda

da terra pelas empresas de laticínios, pelas corporações de insumos (medicamentos veterinários, rações, vacinas, sal mineral) e pelos intermediários.

Entretanto, o campesinato existe porque resiste (VERGÉS, 2011), visto que ele reage por meio dos motins, do exercício político dirigido por um grupo externo, da rebelião espontânea, da passividade camponesa (SHANIN, 1983). Em Goiás, essa resistência se revela nas lutas de guerrilha, nas ocupações, nos acampamentos, nas manifestações e até mesmo na passividade camponesa. Não se pode esquecer, como esclarece o autor, o campesinato padece de segmentação em grupos locais, de debilidade de objetivos comuns, de sectarismos e de posturas isolacionistas. Os camponeses da atividade leiteira são subordinados às corporações do setor lácteo, ao Estado, ao capital financeiro e reagem com formas de comercialização ditas “informais.”

A luta camponesa escapa à fileira dos movimentos sociais, e apresenta-se na negação da formalidade do capital, sustentado nas normas e regras do mercado, onde está em jogo a apropriação da renda da terra (ALMEIDA & BEM, 2011). O que se vê é a luta para permanecer na terra, com enfrentamento ao capital financeiro/industrial. É evidente que a luta extrínseca aos movimentos sociais apresenta limites e dificulta a proposição e a defesa de políticas públicas. Contudo, a luta também manifesta-se na passividade, na racionalidade camponesa, na tradição rebelde que resistem com o uso do gado “*vortado*”, “*tatu com cobra*”¹ e com a produção própria de silagem de milho para redução dos custos de produção. Apesar da resistência oferecida pelos camponeses, em

¹ A expressão gado vortado ou tatu com cobra é comum entre os camponeses goianos. Remete-se ao cruzamento de raças de rebanho bovino diferentes (Girolando/Nelore, Tabapuã/Girolando, Gir/Nelore), para a produção de “impureza” genética, com fins de ampliação da resistência e aumento do benefício econômico. Os camponeses questionam o êxito das linhagens genéticas puras, como a raça Holandesa. Entendem que essa estratégia reduz a produção de leite, mas diminui os custos com o manejo do rebanho e produz bezerras para comercialização. Há nessa ação uma racionalidade camponesa, que também se vincula à precariedade das políticas públicas. A assistência técnica, a extensão rural, as políticas de financiamento, comercialização e industrialização precárias implicam na adesão a formas de fazer sustentadas no conhecimento empírico, no testemunho local. A adoção do pacote tecnológico para a pecuária leiteira tampouco resolve a apropriação da renda da terra, para tanto, devem-se promover modelos que potencializem a autonomia dos camponeses na pecuária leiteira.

Itapuranga, assim como no Brasil, as famílias camponesas estão subordinadas às corporações de insumos e do setor lácteo. No próximo item, reflete-se sobre a relação das indústrias lácteas e a agricultura camponesa.

2. A APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA NA PRODUÇÃO LEITEIRA

Paulino (2012) destaca que o campesinato adota a pecuária leiteira sustentada na avaliação de custos, renda e riscos, para tanto, combinam a produção econômica e a reprodução social, sem ameaças à autonomia do trabalho. Todavia a monopolização promove queda dos preços, por meio do melhoramento da genética e da alimentação. A autora aponta que durante 45 anos houve tabelamento oficial dos preços do leite, o que permitiu margens de rendimento ao campesinato. Com a liberalização em 1991 a precificação transferiu-se para o setor privado. Abriram-se, assim, as portas para as indústrias lácteas espoliarem os camponeses.

Binstok (2000), pelo contrário, entende que a importação de leite, sobretudo de leite em pó, atendeu necessidades mínimas da população, mas reconhece que a queda da produção na década de 1990 se relacionou às importações irrestritas do MERCOSUL. A Argentina e o Uruguai possuem vantagens comparativas naturais com a produção láctea brasileira. A despeito disso, Binstok (2000) reafirma o crescente processo de modernização da pecuária leiteira. A liberalização não promoveu a quebra e a desarticulação da produção nacional. Entretanto, Silva & Tsukamoto (2001) discordam, ao afirmarem que houve queda nos preços, fusão de empresas, imposição do pacote tecnológico, seleção de produtores, monopólio da circulação e do preço ao consumidor final.

O Estado posicionou-se favorável aos oligopólios e à especulação. Binstok

(2000) reconhece que os complexos agroindustriais e as cooperativas foram beneficiadas. Também houve privatização da assistência técnica, do crédito agrícola e da extensão rural. As empresas reduziram custos com o leite longa vida, o que promoveu a diminuição de fornecedores. A esterilização também eliminou vitaminas, microelementos nutritivos e os conservantes afetaram a qualidade do leite ofertado (SILVA & TSUKAMOTO, 2001). O Estado editou a Portaria 56² do Ministério da Agricultura que estabeleceu o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNMQL (PAULINO, 2012).

Pelas novas regras, foi instituído um produtor ideal, o leite deve ter características “adequadas”, a propriedade deve ser organizada de forma específica (BINSTOK, 2000). Além disso, transferiu-se para os produtores a responsabilidade pela qualidade do leite. O campesinato foi o mais afetado, devido à instalação de infraestruturas que ampliaram os custos de produção, embora os camponeses, em Itapuranga, avaliam positivamente a instalação dos tanques resfriadores.

Segundo os entrevistados, o leite resfriado tem valor superior ao do leite “*quente*”, uma vez que os camponeses que atendem aos padrões de qualidade obtêm preço superior. Como estratégia política, a entrega é realizada via associações camponesas, para ampliação do volume coletado. Os tanques resfriadores, majoritariamente são fornecidos pela COOPERAF e os camponeses arcam apenas com custos de manutenção. Entretanto, no Brasil, de modo geral, o preço do leite assumiu matiz político, destinado a garantir a acumulação industrial (SILVA & TSUKAMOTO, 2001). Conforme os autores, o Programa de Pagamento por Qualidade do Leite-PPQL instituiu a avaliação da acidez, da quantidade de água e outros exames laboratoriais.

² A referida portaria pode ser acessada no sítio do Diário Oficial da União: www.diariooficial.com no seu número 234.

A classificação negativa implica negação de recebimento, ou pagamento depreciado ao camponês. O pior é que esse discurso de sanidade também serve como instrumento político de exclusão e seleção das famílias camponesas, uma vez que, conforme essa norma técnica, o leite terá de ser retirado mecanicamente, o rebanho passará por controle mensal de saúde, o resfriamento na propriedade deverá ser realizado entre 3º a 4º Celsius. A precariedade de políticas públicas dificulta a manutenção de camponeses descapitalizados nesse circuito modernizado. Contudo, o PNMQL possui aspectos positivos, ao instituir um vazio sanitário que deve ser respeitado. A título de exemplo, vacas em lactação medicadas devem ser ordenhadas após um período de mínimo de carência.

Diante de tudo isso, o problema não está na norma técnica, mas na precariedade das políticas públicas para a pecuária leiteira. Curiosamente, a sanidade exigida dos produtores nem sempre é norma entre as agroindústrias. Em 2014, investigações da operação Leite Adulterado II condenou 16 pessoas da Empresa de Laticínios Mondai, em Santa Catarina, participantes de uma organização criminosa que adulterava o leite com soda cáustica e água oxigenada, (G1, 2018). No Rio Grande do Sul, em Esmeralda, o proprietário de uma empresa transportadora e quatro funcionários adulteravam o leite com adição de bicabornato de sódio ao leite cru estragado (G1, 2015). A fraude foi descoberta pela operação Leite Compensado, que encontrou no leite formol, substância com alto potencial carcinogênico, além de ureia (BBC NEWS, 2017).

O leite adulterado representa a má qualidade dos alimentos fornecidos pelo agronegócio do setor lácteo. A baixa qualidade nutricional revela que o PPQL representa, sobretudo, um instrumento para depreciação do preço pago ao produtor. Paulino (2012) reitera que a renda da terra é apropriada pelas indústrias e pelas cooperativas, devido à gestão empresarial e ao imperativo de mercado, que implica não distribuição das sobras. Os grandes produtores, por outro lado,

são compensados pelos sistemas de bonificação, além de serem atendidos pelas políticas fiscais e de financiamento, enquanto o campesinato é descapitalizado (SILVA & TSUKAMOTO, 2001). No próximo item, será demonstrado como em Itapuranga-GO os camponeses não decidem na formação do preço do leite, mas assumem todos os custos da atividade.

Segundo Silva & Tsukamoto (2001), a depreciação implica reificação da produtividade como mecanismo de compensação pelo preço do produto. Entretanto, o processo seletivo e excludente tem seus limites, a concentração significa poder de pressão aos grandes proprietários (PAULINO, 2012). Trata-se da lógica contraditória do capitalismo, que deve ser enfrentada pelos camponeses, que recorrem a algumas linhas de fuga, ao buscarem na informalidade um modo de eliminar os intermediários, com venda na rua, de porta em porta (SILVA & TSUKAMOTO, 2001). E assim vai o campesinato brasileiro e itapuranguense sobrevivendo e tecendo sua reprodução social, sustentado nas feiras da agricultura familiar camponesa, na criação e recriação de indústrias domésticas, na venda *in natura* do leite na cidade.

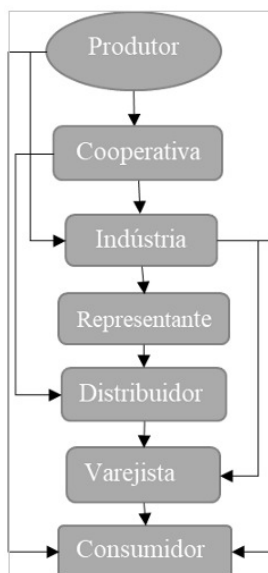
Comunga-se do mesmo entendimento de Almeida & Bem (2011), ao afirmarem que não se trata de sonegação ou burla das regras sanitárias, de desvio de conduta, mas refere-se à diminuição da exploração capitalista. Tem-se, assim, fortes questionamentos por parte dos camponeses com relação aos mecanismos de regulação impostos pelos agentes capitalistas. Por isso a venda do leite na cidade significa resistência camponesa às indústrias lácteas e o descontentamento com as cooperativas. A produção leiteira representa importante mecanismo de uso da mão de obra familiar, aquisição de receita mensal e melhoria da alimentação. Paulino (2012) assevera que há um combate assíduo à informalidade, não porque concorre com o mercado formal, mas como instrumento pedagógico para eliminar essa forma de transação.

Binstok (2000) esclarece que a produção láctea brasileira é controlada por conglomerados agroindustriais. Silva & Tsukamoto (2001) destacam que a pecuária leiteira brasileira se confunde com a história da Nestlé, que oligopoliza o setor lácteo no Brasil. A renda camponesa é drenada pelo *agribusiness* lácteo e pelo setor financeiro, tanto na aquisição de produtos veterinários, como na compra de rações, sementes, ordenhas, inseminação artificial e na diminuição do preço pago ao produtor. Além disso, os camponeses contraem empréstimos, com hipoteca da propriedade aos estabelecimentos bancários, que estabelecem taxas de juros elevadas, com correção monetária, enquanto o preço do leite é congelado.

Revelam-se, assim, os limites da passividade camponesa, tendo em vista a luta extrínseca aos movimentos sociais impede a tessitura de políticas públicas para a pecuária leiteira. Binstok (2000) menciona que parte da produção brasileira é dominada pelos currais “clandestinos”, que se concentram nas áreas circundantes às regiões metropolitanas, destinadas ao mercado local e escapam do controle sanitário. Trata-se, pois, de estratégia de resistência à proletarização. O autor defende a revisão da importação de leite do MERCOSUL, ao argumento de que a produção nacional é suficiente para o abastecimento interno. O autor também critica a oligopolização estrangeira, com prejuízo para as cooperativas e elevação do preço do produto para o consumidor final. Entende que é fundamental criar uma rede de proteção aos currais “clandestinos.” A ampliação da produção leiteira, do mesmo modo, associa-se à pecuarização dos assentamentos, induzida pelo Banco do Brasil, além da possibilidade de ganhos de renda permanente.

No município de Itapuranga-GO há somente um assentamento e um pré-assentamento de reforma agrária, nos quais a produção leiteira concentra-se nas comunidades de camponeses proprietários. O organograma 1 demonstra a cadeia produtiva do leite desde a ordenha, industrialização, até a destinação

ao consumidor final. Há uma distribuição de mais-valia entre os diferentes segmentos do setor. Quanto maior o número de intermediários menores as possibilidades de o campesinato apropriar-se da renda da terra (CANZIANI, 2003). Desta forma, a informalidade tornou-se um instrumento de contraposição.



Organograma 1- Fluxo da comercialização do leite e seus derivados. Fonte: BARROS et.al., (2002)

No próximo seguimento, debatem-se as possibilidades de a produção leiteira de Itapuranga garantir a reprodução simples ou ampliada do campesinato. A atenção direciona-se para as formas de subordinação, assim como para as resistências articuladas pelos camponeses.

3. A PRODUÇÃO LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA

Goiás é o maior produtor de leite da região Centro-oeste, e o quinto maior produtor nacional, com destaque para as microrregiões produtoras do Meia Ponte, do Sudoeste

goiano, dos municípios de Pires do Rio, Ceres, Anápolis, Entorno de Brasília, Goiânia e Vale do Rio dos Bois (figura 2). Já as regiões de Iporá, São Miguel do Araguaia, Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros possuem menores índices de produção (figura 2). Há um espaço geográfico desigual em Goiás, determinado pelas condições naturais e pelo trabalho morto acumulado (SMITH, 1988). As microrregiões do Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia e Porangatu concentram a produção de boi gordo. No Rio Vermelho, exceto os municípios de Jussara, Goiás e Faina, as demais municipalidades possuem valores módicos de produção.

Brites & Dambrós (2007) destacam a presença de Plintossolos e Neossolos Quartzarênicos nessas microrregiões, com fortes limitações para mecanização, devido à característica arenosa e permeável, que acarretam susceptibilidade à erosão e baixa aptidão agrícola. Nesses lugares, os latifúndios são especializados na produção de boi gordo. Na Chapada dos Veadeiros e no Vão do Paranã, o relevo movimentado e o predomínio dos Cambissolos e Neossolos Litólicos os tornam poucos aptos para a atividade agropecuária. O uso e a ocupação predominante advêm das atividades turísticas, minerárias e hidroenergéticas. No Sul goiano, a produção leiteira compete de forma desigual com os monocultivos de *commodities*. O predomínio de Argissolos e Nitossolos, com boa fertilidade química e capacidade de retenção de água, associados à dotação de infraestruturas, tornam essa mesorregião a área *core* do agronegócio em Goiás.

A produção láctea concentra-se nas pequenas propriedades, originadas da divisão da terra por herança ou do processo de luta pela terra. No Entorno de Brasília, a situação é similar, enquanto nas microrregiões que formam o Centro goiano a divisão constante das grandes propriedades resultou na formação de pequenas propriedades. Em Itapuranga, localizada nessa mesorregião, a empresa Piracanjuba controla a aquisição de leite *in natura*. Essa indústria foi formada em 1955 por Salidi Helou no município de Piracanjuba. Em 1986, os irmãos Cesar Helou e Marcos Helou transferiram a planta industrial para Bela Vista de Goiás (PIRACANJUBA, 2018).

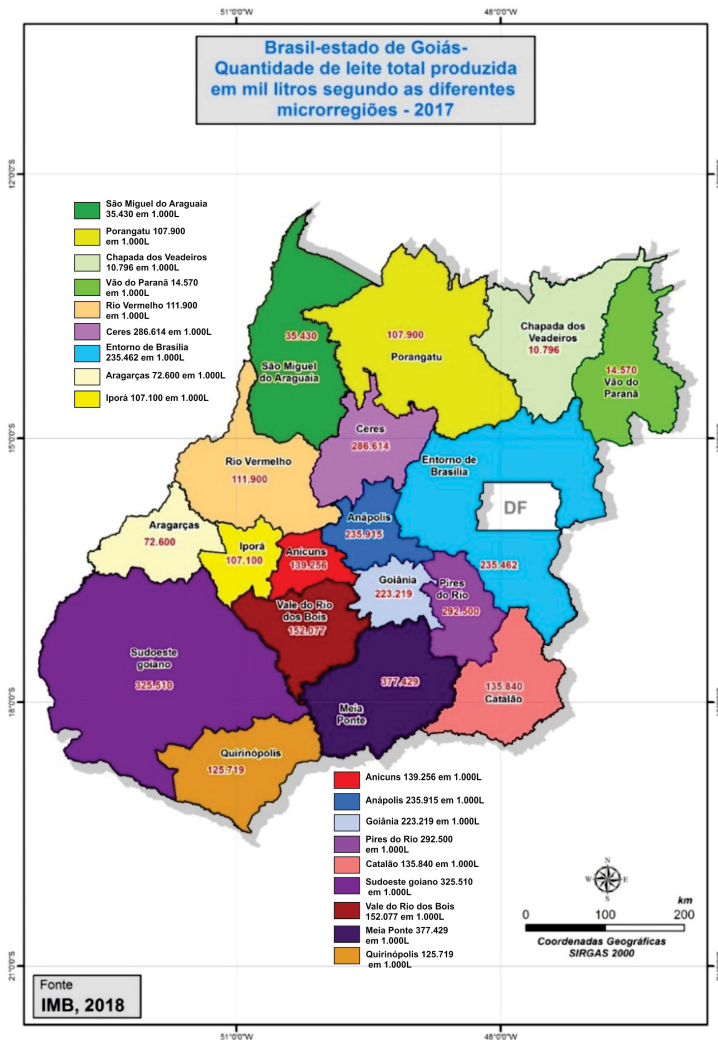


Figura 2 – Brasil – estado de Goiás – Quantidade de leite total produzida em mil litros, segundo as diferentes microrregiões-2017.

A empresa agrega as marcas Pirakids, Leitbom, Chocobom e Viva Bem, as quais processam 5 milhões de litros de leite por dia, o que a coloca entre as cinco maiores agroindústrias de laticínios no Brasil (PIRACANJUBA, 2018). Possui

cinco fábricas localizadas em Bela Vista de Goiás-GO, Dr. Maurício Cardoso-RS, Governador Valadares-MG, Maravilha-SC e Sulinas-PR (PIRACANJUBA, 2018). O grupo Piracanjuba faturou, em 2016, R\$ 3,5 bilhões (EMPREENDER EM GOIÁS, 2017). Segundo os entrevistados, os rendimentos provêm da elevada exploração dos camponeses. Há inúmeros critérios técnicos de classificação, com testes de aferição da saúde animal, verificação de segurança quanto à presença de resíduos de antibióticos, fiscalização da higiene para a produção, necessidade de resfriamento do leite e classificação da taxa de gordura, proteína, contagem das células somáticas e bacteriana total.

Os critérios de classificação são mecanismos de proteção da saúde humana, mas contraditoriamente também funcionam como instrumento de depreciação do preço do leite. Em Itapuranga, os entrevistados mencionaram o processo seletivo e excludente conduzido pela empresa Piracanjuba. Camponeses impossibilitados de realizar investimentos, com produção exígua, são empurrados para os intermediários. Esses sujeitos, detentores de tanques de resfriamento e caminhões, coletam a produção nas propriedades camponesas e armazenam em tanques resfriadores maiores para revenda posterior à agroindústria de laticínios, o que contribui para o aumento da apropriação da renda da terra. O Sr. João afirma:

O lucro sempre ficou com os atravessadores. Nós que ralamos o dia todo não ganhamos quase nada. Na verdade, isso aqui nunca deu lucro. É só pra viver mesmo. O lucro quem ganha é os atravessadores e os laticínios. Nós ficamos só com o trabalho de acordar de madrugada [...]

Mais uma vez tem-se a apropriação do trabalho do camponês pelos capitalistas industriais e comerciais. A política de bonificação também se dá em Itapuranga, por meio de estímulos à produção e à produtividade. Constatou-se que os maiores

produtores de leite recebiam R\$ 1,22 pelo litro de leite entregue à agroindústria de laticínios, enquanto os produtores menores, subordinados aos intermediários recebiam R\$ 0,80. Na comunidade camponesa do Laranjal, o Sr. João asseverou que a escolha pela produção leiteira se deu pelo insucesso com culturas agrícolas.

Mas, conforme o interlocutor, nas duas atividades os custos são elevados. Ele e seus vizinhos resistem por meio da adoção da policultura e da cooperação, assim como recorrem a canais de comercialização direta, como as feiras da agricultura familiar camponesa. Tais organizações viabilizam maior apropriação da renda da terra por parte dos camponeses. Segundo o entrevistado, a produção e a comercialização em escala, usadas como instrumento para compensação da queda do preço, é mais viável às grandes propriedades, que adotam o trabalho assalariado e possuem maior capacidade de investimento.

Trabalhar com lavoura e produção de leite é muito complicado. Depende de área grande e muita mão de obra. Aqui a propriedade é pequena e trabalhamos somente nós da família. Não pagamos mais ninguém, senão o lucro vai embora. Já é pouco!!! Agora produzir alimentos pra cooperativa ou para a feira do produtor rural é bom. Mas o espaço é pequeno, não comporta todos os produtores da região. Mas mesmo assim ainda produzo alguns produtos, como abacaxi, mamão. Esses produtos têm uma saída boa e a cooperativa paga um preço razoável. [...]

O Sr. João desenvolve a atividade leiteira a aproximadamente 24 anos ao destinar a poupança obtida com a agricultura para a aquisição do rebanho leiteiro. Como ocorre com os camponeses brasileiros inseridos na atividade, logo notou o custo elevado para manutenção do plantel, dadas as necessidades constantes de ração, vacinas, sal mineral, complementos nutricionais, etc.

Segundo ele, o dinheiro do leite também é drenado pelas casas agropecuárias. O camponês consegue realizar a reprodução simples, ou seja, produz mercadorias, comercializa, obtém dinheiro e com ele adquire produtos que não são produzidos na propriedade camponesa, por isso é que se pode dizer que o camponês reproduz a condição social anterior.

O Sr. João pertence à fração do campesinato brasileiro e itapuranguense que possui capital de investimento para o aluguel de máquinas, para a aragem do solo e para a produção de silo. Em Itapuranga-GO, a maioria dos camponeses que desenvolvem a pecuária leiteira recorrem à mesma estratégia do Sr. João. Contudo, o entrevistado também adquire silagem no mercado. Na década de 1990, o Sr. João realizou cursos de inseminação artificial, comprou os equipamentos e aderiu a essa prática de reprodução animal, mas o rebanho desenvolveu doenças, o que o fez retomar a reprodução com uso do boi a pasto. A despeito disso, o Sr. João obtém preços razoáveis pelo litro de leite entregue à Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapuranga-COOPERAFLI.

No município, a pecuária leiteira é conduzida pelo conhecimento empírico e pela assistência técnica realizada pela COOPERAF, pela Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária-EMATER-GO e por casas agropecuárias locais, que a realizam como forma de fidelização dos clientes. Os camponeses ouvidos protestavam contra o congelamento do preço do leite, sem correção dos valores pelos índices de inflação. O valor de R\$ 0,80 estava aquém do rendimento necessário à obtenção do lucro médio, que, segundo eles, seria de aproximadamente R\$ 1,50, principalmente porque houve ampliação dos custos de produção, como, por exemplo, com a obrigatoriedade de resfriamento do leite. Os camponeses entrevistados disseram que no ano de 2015 um resfriador de leite novo estava orçado no valor de R\$ 12.000,00.

Os camponeses contam que a atividade não traz rendimentos para a ampliação

do tamanho da propriedade, para o aumento do número de vacas ordenhadas, ou para a modernização da atividade, constatação também realizada por Carneiro (2013) com os camponeses do município de Corumbáiba-GO. O leite comercializado possibilita apenas renda mensal, o que contribui apenas para a subsistência familiar. Tais elementos revelam que o pacote tecnológico da pecuária leiteira é adotado de forma parcial em Itapuranga-GO, o que afeta os índices de produtividade. A precariedade das políticas públicas para o setor, sobretudo em Goiás, explica o declínio do estado no *ranking* da produção leiteira no Brasil. É urgente políticas para adoção de tecnologias sociais, como o Pastoreio Racional Voisin, construção de agroindústrias locais etc.

Apesar dos contratemplos, a racionalidade camponesa lança mão de estratégias forjadas na tradição, nas práticas político-econômicas históricas. Na foto 1, nota-se a criação de galináceos (imagem 2) e suínos (imagem 1), destinados ao consumo e à comercialização. A policultura é um saber/fazer presente na economia camponesa da comunidade do Laranjal, desenvolvida pelos camponeses mais descapitalizados da localidade. Devido ao preço insatisfatório do leite, muitos deles utilizam principalmente o trabalho vivo, em vez do trabalho morto.



Foto 1 – estado de Goiás – Itapuranga – Mosaico da criação de suínos e galináceos na comunidade Laranjal -2015. Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Autor: SOARES, Júlio. Cesar, nov. 2015.

Toda essa atividade exigida para a produção do leite resulta em aumento do valor do produto, entretanto, a riqueza gerada é apossada pelos setores de comercialização, industrialização, insumos e pelo setor financeiro. Na foto 2, observa-se o Sr. João reproduzindo o saber/fazer apreendido pelo conhecimento oriundo da ciência do neolítico (BASSOLS & TOLEDO, 2015), e consegue combinar elementos modernos e da tradição para desenvolver a atividade, como a adoção da linhagem do rebanho Girolando, realiza a reprodução animal com boi a pasto, utiliza a silagem e a pastagem como forragem. Além disso, Sr. João usa como reprodutor bois que permitem gerar bezerros de boa qualidade para comercialização. Mas é evidente seu posicionamento contrário à apropriação da renda da terra.

A gente quase paga prá trabalhar [...]. O povo tem um ditado falando que sobra o bezerro [...]. Mas se sobra só o bezerro é melhor por um gado de corte. A gente levanta de madrugada pra tirar leite prá só sobrar o bezerro! [...] o trabalho aqui é sofrido, tem serviço todo dia. Somos pouco valorizados. Nosso produto não tem preço nenhum. E o meu serviço e da minha família?



Foto 2 – Estado de Goiás – Itapuranga – Camponês realizando a ordenha manual -2015.
Fonte: pesquisa de campo, 2015. Autor: SOARES, Júlio César, nov. 2015.

Dessa forma, a propriedade camponesa como unidade de produção e consumo está imersa no capital, e define-se principalmente por sua condição explorada (VERGÉS, 2011). O que o camponês compra de insumos, bens de consumo duráveis, não duráveis supera o valor de produção, mas o que ele negocia não alcança esse valor. O excedente produzido pelo camponês, com seus meios de produção, é abocanhado total ou parcialmente pelos capitalistas intermediários, ou seja, monopoliza-se o espaço de reprodução social do campesinato.

A invasão da agricultura camponesa pelo capital resulta na migração da força de trabalho. Os braços mais jovens são empurrados para a proletarização. A isso, associa-se a precariedade das políticas públicas destinadas à agricultura familiar camponesa, sobretudo aquelas destinadas à pecuária leiteira. A apropriação da renda da terra compromete a sucessão rural. Os filhos precisam ir embora “*ganhar a vida.*” Os dividendos obtidos na economia familiar camponesa não permitem a aquisição de novas áreas para a constituição de novos núcleos familiares. Há um investimento tecnológico reduzido e a redivisão constante da propriedade promove a minifundização.

O Sr. Joaquim revela a experiência da exploração no próprio corpo, condição social que forma a consciência construída a partir da realidade material vivida. São as mãos calejadas, a pele queimada, as dores pelo corpo, enfim, é o entendimento de que a labuta cotidiana é desvalorizada na realização da mercadoria camponesa. Como chefe de família, Sr. Joaquim não quer esse campo para seus filhos. Apesar do sossego, da diminuição da penosidade do trabalho, a renda diminuta, o valor da produção suscetível à conjuntura do mercado agrícola leva o camponês a incentivar seus filhos a deixar a terra.

Olha eu não quero que meus meninos passem pelas dificuldades que eu já passei [...]. Viver no campo é bom, hoje tá bem mais fácil [...]. Mas trabalhar aqui é complicado, e não sei como vai

ser o futuro [...]. Todos querem um trabalho fixo, que dá renda o mês todo. Sabe? Segurança [...]. Aqui tem mês que é bom, mas tem outros que a gente não sabe como vai ser, depende de muita coisa.

No intuito de escapar da apropriação da renda da terra pelo monopólio, o camponês recorrer à informalidade. Camponeses do município vendem a produção diretamente ao consumidor, seja na rua, seja de porta em porta. No período da manhã, é comum vê-los circulando pelas ruas, com latões de leite acomodados na parte traseira das motocicletas. Os clientes do leite *in natura* são mantidos por relações de confiança, reciprocidade e ordem moral. Os camponeses sabem que não são regulamentos, porque não seguem as portarias e as legislações que validam a qualidade do seu produto. Essa regulamentação externa é vista como ofensa, como dúvida da honra, da ordem moral e da ética que medeia a relação deles com os clientes. Quando algum camponês burla essa ordem ética e moral não “vinga” no negócio, é repreendido pelo grupo social.

“*A propaganda é a alma do negócio*”, mas a divulgação não se dá pelo camponês, senão pelos clientes que já conhecem o produto, e, assim, vão conquistando novos clientes. Eles também vendem doce de leite, queijo, requeijão, queijo trançado, dentre outros produtos. Esse comércio é feito por encomenda, ou na feira da agricultura familiar camponesa, realizada todas quintas feiras, a partir da 17h, em Itapuranga, na praça Castelo Branco e também comercializam na feira livre de domingo, realizada no bairro Xixazão. Na pesquisa de campo, foram realizadas visitas às duas feiras, quando constatou-se *in loco* a transformação dos camponeses em comerciantes.

Os camponeses, quando interrogados sobre os benefícios do comércio informal, respondem que a entrega de queijos e leite *in natura* em estabelecimentos comerciais da cidade apresentam a vantagem de recebimento imediato do valor do produto comercializado. Caso a entrega fosse para a agroindústria de

laticínios, teriam de aguardar 40 dias para o recebimento dos valores referentes ao leite fornecido. A venda do leite *in natura* de porta em porta amplia a apropriação da renda da terra. Os camponeses mencionaram que, naquele momento, o litro de leite variava de R\$1,50 a R\$1,75. O Sr. Pedro descreve.

Olha, eu vendo o leite de porta em porta. Ordenho as vacas manualmente mesmo, dá muito trabalho. Além de tirar tem que sair entregando. Mas o preço é bem melhor. Se fosse pra entregar pra laticínio já tinha parado a muito tempo. O lucro ainda é pouco, mas só salva assim [...]

A tabela 1 apresenta a produção das propriedades camponesas pesquisadas. Nela mostra a bonificação, com premiação do volume de leite entregue pelos produtores 6 e 8, que faturam R\$15.180,00 e R\$12.150,00 mensais. Os camponeses 7 e 9 obtêm maiores valores devido à comercialização informal, com rendimentos de R\$ 8.925,00 e R\$3.150,00 mensais. O produtor 2 realiza a fabricação de queijos. O produtor 5, pelo menor volume de produção, recebe valor diminuto pelo leite fornecido à COOPERAFI, R\$ 1.050,00 mensais.

A tabela 1, de modo geral, evidencia as diferentes estratégias de comercialização e a estratificação do campesinato de Itapuranga-GO, com diferentes níveis de produção e obtenção de renda. Na pesquisa, como instrumento comparativo, também foi entrevistado um empresário rural do setor lácteo. Ele nos informou a produção diária e mensal de 6.500 e 195.000 litros respectivamente. Por esse montante, recebe a remuneração de R\$ 1,22 pelo litro de leite, o que resulta no valor de R\$ 237.900,00 mensais. Em contraposição aos camponeses, o interlocutor utiliza inúmeras tecnologias destinadas à ampliação da produção e da produtividade.

Tabela 1: Produção de leite dos entrevistados - 2015.

Produtores	Produção diária em litros (l)	Produção mensal em litros (l)	Valor do litro do leite em R\$
Produtor 1	80	2.400	0,80
Produtor 2	40	1.200	Fabrica queijo
Produtor 3	70	2.100	0,80
Produtor 4	200	6.000	0,80
Produtor 5	50	1.500	0,70
Produtor 6	550	16.500	0,92
Produtor 7	170	5.100	1,75
Produtor 8	450	13.500	0,90
Produtor 9	70	2.100	1,50

Elaborado por: Soares, J. C; Rodrigues, D. B, 2015.

Conforme a foto 3, na propriedade encontra-se ordenhadeira mecânica (imagem 1), resfriador de leite (imagem 2), trator e distribuidor de ração (imagem 3), além de curral montado segundo os parâmetros técnicos sugeridos pelas empresas lácteas (imagem 4). Também ali se realiza inseminação *in vitro* de vacas Holandesas, com escolha das melhores reprodutoras. Na propriedade, há também a inseminação com sêmen sexado, para a obtenção de maior número de bezerras. A produção é desenvolvida segundo os padrões de “qualidade” exigidos pelas empresas de laticínios.

Na propriedade predomina a mão de obra assalariada. A adoção do padrão técnico defendido pelo setor lácteo foi possível pelo seu acesso à carteira de investimentos do Banco do Brasil. O proprietário é ex-funcionário desse banco público, assim, conhece os meandros de obtenção de financiamentos. Questionado sobre os lucros obtidos declarou:

Olha, eu trabalho com o leite há alguns anos. Sempre tenho tentado aprimorar o modo de produzir. O mercado é muito competitivo. Se

a gente não se moderniza, aos poucos você vai perdendo espaço. Eu quero ampliar ainda mais, tudo que faço pra melhorar minha produção reflete no custo e no preço do leite.



Foto 3 – estado de Goiás – Itapuranga- Mosaico dos equipamentos técnicos utilizados na Fazenda-2015. Fonte: pesquisa de campo, 2015. Autor: SOARES, J. C, nov. 2015.

O produtor obtém fatia representativa da renda da terra, devido à ampliação da produtividade do trabalho e a adequação às normas técnicas e sanitárias. Somam-se a esses fatores a localização da propriedade e a qualidade do solo. Com isso, na competição dentro da pecuária leiteira, o produtor extrai as rendas da terra diferencial I e II. O empresário participa da divisão do lucro e da renda produzida no agronegócio do setor lácteo. Evidente que não é um formador de preço, seu lucro está relacionado à escala de produção, à dotação tecnológica, à localização e à qualidade dos solos da propriedade.

Todavia, o produtor também é subordinado as empresas de laticínios e de insumos, mas diferente dos camponeses entrevistados, possui *expertise* técnica

para acessar projetos de investimento e qualificação para administração e gestão da propriedade. Isso se soma ao fato de que projetos de investimentos com valores elevados para grandes propriedades recebem prioridade no Banco do Brasil. Os camponeses, pelo contrário, possuem dotação tecnológica menor, tanto pela depreciação do preço do leite, pela dificuldade de acesso a financiamentos, quanto pela incerteza do mercado e certa aversão ao risco, o que os impossibilita obter a renda da terra diferencial II.

Entretanto, a permanência na atividade é interessante para as indústrias de laticínios, para os médios e grandes proprietários e para os pecuaristas. Os camponeses evitam a monopolização da produção leiteira, permitem a extração das rendas diferencial I e II e fornecem bezerros por preços módicos para recria e engorda. Os camponeses, na pecuária leiteira, buscam a produção econômica e a reprodução social concomitantemente, sem ameaças à autonomia do trabalho. No gráfico 1, nota-se a predominância do cruzamento genético como estratégia da racionalidade econômica camponesa.

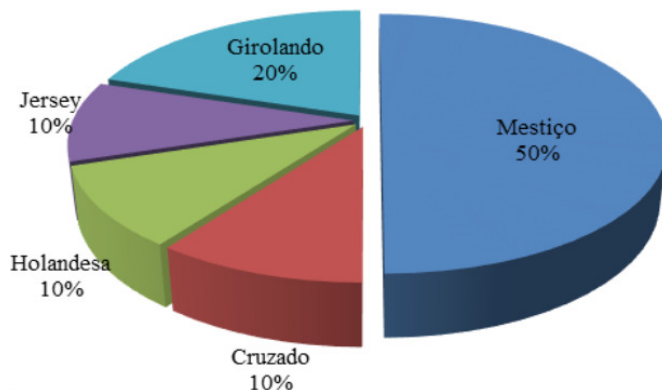


Gráfico 1 - estado de Goiás – Itapuranga - Linhagens de rebanho bovino utilizado na produção leiteira-2015. Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaboração: Soares, J.C; Rodrigues.

A perda no volume de produção de leite causada pelo cruzamento de raças justifica-se pela obtenção de bezerros de boa qualidade para comercialização. Por isso adotam reprodutores a pasto da raça Nelore, Tabapuã, Industrial etc. Além disso, bezerros oriundos de matrizes e reprodutores específicos para produção leiteira são desvalorizados e são separados ainda recém-nascidos, colocados em bezerreiros, estrutura construída para manejá-los, onde são tratados duas vezes ao dia. Muitos produtores os doam ou pagam preços irrisórios para serem criados por sujeitos que têm interesse em comercializá-los a *posteriori*. As matrizes da raça Holandesa ou Cruzada, para atingir o máximo de produção e produtividade, necessitam de ração, complementos nutricionais e antibióticos adequados, o que exige um confinamento em baias com alimentação à vontade na cocheira. Tais exigências ampliam os custos de produção, o que as tornam inviáveis à economia camponesa de baixos rendimentos. Além do que são mais suscetíveis a doenças.

Em Itapuranga ouvem-se anedotas entre os camponeses de vizinhos deslumbrados com matrizes específicas para produção de leite. Encantados com os índices de produção, despendem valores significativos na aquisição, o que muitas vezes compromete o próprio orçamento familiar. Entretanto, os padrões de alimentação exigidos não são atendidos, o que leva os camponeses à decepção. Vacas Holandesas e Cruzadas apresentam rendimento semelhante ou menor que vacas Girolando. Soltas a pasto, são acometidas pelo que os camponeses denominam de “*peste de sombra*”, expressão que explica a sua inaptidão para climas tropicais semiúmidos.

A solução seria a adoção de tecnologias sociais para avanços na qualidade da genética e da alimentação, com investimentos em melhoramento genético participativo, Pastoreio Racional Voisin etc. Mas o fato é que a racionalidade econômica camponesa forja-se na análise dos fatores terra-trabalho-capital. O

capital exíguo para investimentos impossibilita a obtenção e a manutenção de matrizes específicas para leite, o que exige muito trabalho. O trabalho também necessita ser destinado a cultivos e criações de autoconsumo e comercialização. A terra deve dar lugar à policultura, não ao uso exclusivo para pastagem e produção de silagem. Por isso os camponeses adotam o gado mestiço, que economiza trabalho, produz leite suficiente para cumprimento de despesas mensais, assim como fornece bezerros de fácil liquidez. No gráfico 2, observa-se o predomínio da reprodução com uso do boi a pasto.

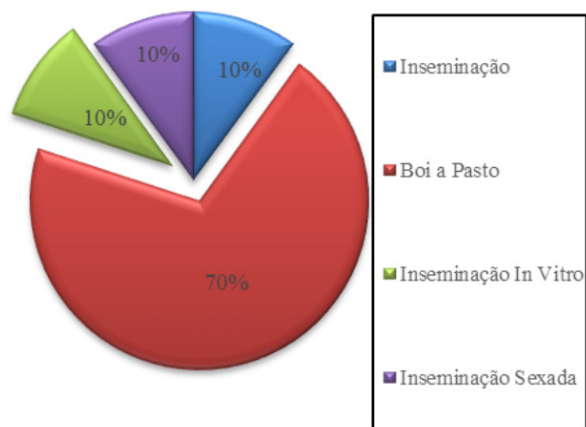


Gráfico 2 – Mecanismos de reprodução animal utilizados pelos produtores-2015. Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaboração: Soares, J.C; Rodrigues.

Essa opção relaciona-se com o custo da inseminação artificial, seja *in vitro*, seja sexada. Há também as eventuais endemias que acometem as matrizes inseminadas e o desconhecimento técnico da inseminação artificial. A precariedade da assistência técnica, associada ao exíguo capital de investimento, são fatores importantes para a irrisória adesão à inseminação artificial pela maior parte do campesinato de Itapuranga. Os financiamentos do PRONAF e do FCO são destinados prioritariamente para construção de cercas, barracões, aquisição de matrizes e formação de pastagens.

No gráfico 3, observa-se a adesão majoritária da ordenha mecânica, que amplia a produtividade do trabalho, reduz a penosidade da ordenha manual e compensa a redução de braços disponíveis ao labor. Em Itapuranga, há um envelhecimento do campesinato. Não obstante, menos de 50% dos camponeses entrevistados detêm esse equipamento, devido ao seu valor elevado, às necessidades de adequação da estrutura do curral e à substituição das vacas ordenhadas manualmente. Os camponeses conseguem construir estruturas mais baratas, como a cocheira, enquanto equipamentos técnicos com altos custos de aquisição e manutenção são inviáveis, como: trator, distribuidor de ração e siladeira.

Os camponeses entrevistados alugam tratores e implementos agrícolas para aragem do solo, colheita do milho e construção do silo, enquanto o abastecimento da ração na cocheira é realizada manualmente pelos membros da família. Quanto à construção de currais adaptados, o custo elevado implica adoção de estruturas rústicas. Como destaca Paulino (2012), a adesão tecnológica está relacionada à disponibilidade de mão de obra familiar. O gráfico 4 revela o predomínio do trabalho familiar. Há uma divisão do trabalho nas famílias camponesas, o que as tornam um trabalhador coletivo.

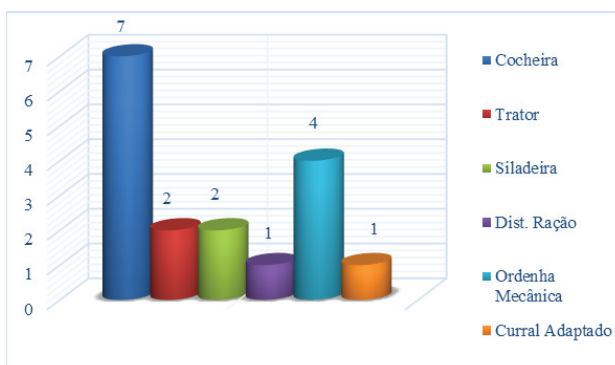
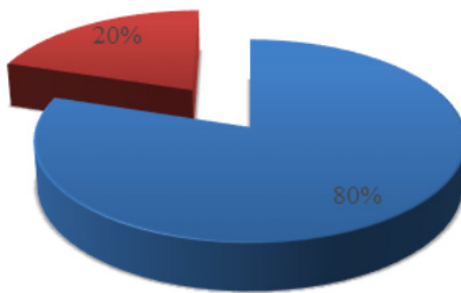


Gráfico 3 – estado de Goiás – Itapuranga - Equipamentos técnicos utilizados pelos produtores na produção leiteira-2015. Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaboração: Soares, J.C; Rodrigues.

A hierarquia e a estrutura patriarcal permanecem no campesinato local. Os homens são responsáveis pelo negócio, pela direção do trabalho e o contato com a cidade. O chefe da família é a autoridade máxima da casa. As mulheres ocupam-se das atividades da casa/quintal. A diminuição dos braços masculinos ocasiona ruptura da divisão do trabalho entre os sexos. As mulheres realizam a ordenha, a apartação das vacas e disponibilizam ração na cocheira. Os idosos ocupam-se de atividades leves, enquanto os poucos jovens trabalham nos períodos que não estão na escola.



■ Trabalho Familiar ■ Terceiros

Entretanto, o padrão patriarcal hegemônico já demonstra suas fissuras. Mulheres já assumiram o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais-STTRs, ocupam posições de poder na COOPERAFI e se organizam em grupos, como o Grupo Mulheres Rurais do Xixá. Esse grupo comercializa doces e quitandas na Feira do Bolo, realizada às terças feiras, a partir das 8h no prédio da COOPERAFI, também vendem produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a maior parte das bacias leiteiras brasileiras sustentadas pela mão de obra camponesa familiar, a bacia leiteira de Itapuranga é monopolizada pelas agroindústrias do setor lácteo, como a empresa Piracanjuba e pelos intermediários. A COOPERAFI destaca-se como organização camponesa que oferece melhor preço aos camponeses. Apesar dos rendimentos elevados de três famílias, que recebem R\$15.180,00 R\$12.150,00 e R\$ 8.925,00 mensais brutos, possuem altos custos com o manejo de raças especializadas. Também despendem valores mensais com rações, sal mineral, compostos nutricionais, carrapaticidas, dentre outros suplementos e medicamentos.

A isso se somam os custos de manutenção de equipamentos tecnológicos, ou o aluguel de máquinas, além de destinarem parte do capital para o pagamento de parcelas de financiamentos. Associado a isso, adquirem bens de consumo duráveis e não duráveis. O trabalho é familiar, o rendimento é coletivo, uma vez que é dividido entre os membros da família. Portanto, os custos de produção elevados, a aquisição de bens de consumo, de empréstimos bancários e o caráter coletivo do trabalho jogam peso na reprodução social camponesa com qualidade de vida ou com elevado índice de penosidade do trabalho. Segundo os camponeses entrevistados, a renda líquida é de 30% do rendimento bruto recebido.

As três famílias citadas obtêm renda líquida de R\$4.554,00, R\$3.645,00 e R\$2.677,50 mensais, enquanto o empresário rural ouvido fatura R\$71.370,00. O que se vê, são camponeses espoliados cotidianamente pelo *agribusiness* do setor lácteo, por isso resistem por meio da cooperação, da comercialização direta em feiras da agricultura familiar camponesa, da venda de porta em porta e da fabricação de produtos na indústria artesanal camponesa. Do mesmo modo, usam gado mestiço, equipamentos tecnológicos conforme a disponibilidade de braços para o trabalho.

Conclui-se, assim, que permanece a apropriação da renda camponesa pelo capital, mesmo que em pequenos municípios, como Itapuranga, os camponeses sejam fundamentais para a dinâmica econômica local. Como demonstrado, os financiamentos do PRONAF e do FCO ampliaram a produtividade da pecuária leiteira em Itapuranga-GO, mas é fundamental a construção de mercados e formas de produção que potencializem a autonomia, de modo a romper a subordinação do campesinato ao monopólio leiteiro no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de; BEM, Anderson. A reprodução camponesa na contramão da formalidade do capital. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.06, nº 11, p. 113-130, fev. 2011. p. 113-130.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). *In*: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. p. 9-42.
- BINSZTOK, Jacob. Considerações sobre a organização da produção leiteira no espaço agrário brasileiro. **GEographia**, ano 2, nº 04, 2000. p. 77-88.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade & Cultura**, Goiânia, v. 10, nº. 01, jan/jun. 2007, p. 11-27.
- BARROS, G.S.A.C.; GALAN, V. B.; GUIMARÃES, V.D.A.; BACCHI, M. R. P. **Sistema agroindustrial do leite no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2002. p. 170.
- BASSOLS, Narciso Barrera; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.
- BRITES, Ricardo Seixas; DAMBROS, Luis Alberto. Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás. *In*: FERREIRA JUNIOR, Laerte Guimarães (org.). **A encruzilhada**

- socioambiental:** biodiversidade, economia e sustentabilidade no Cerrado. Goiânia: Ed. da UFG, 2007. p. 85-100.
- CANZIANI, J. R.; PERES, F. C.; GUIMARÃES, V. A.; HIRONAKA, G. M. F. N. **Programa empreendedor rural – PER (SENAR/PR SEBRAE/PR)**. V. 2, 2003. p. 240.
- CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **Um olhar geográfico em Corumbáiba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho**. 2013. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Federal de Goiás, Catalão.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. 339 p.
- Empresa Piracanjuba, **Institucional**. Disponível em: <http://www.piracanjuba.com.br>. Acesso em: 2 de nov. de 2018.
- GONDIM, Daniel. Piracanjuba: império do leite fatura R\$ 3 bilhões por ano. **Empreender em Goiás: análises, negócios e oportunidades**, Goiás, 05 de jun. de 2017. Negócios. Disponível em: www.empreenderemgoias.com.br. Acesso: 21 de nov. de 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Imóveis rurais cadastrados no Incra, por município, microrregião e mesorregião (GO)**. Brasília: INCRA, 2003. 09 p.
- INSTITUTO MAURO BORGES. _____. **Produção de origem animal – leite (mil) -2017**. Goiânia: IMB, 2018. p. 01. Disponível: www.imb.go.gov.br. Acesso em: 22 de nov. de 2018.
- JUSTIÇA condena 16 por integrarem quadrilha que adulterava leite com água oxigenada e soda cáustica em SC. **G1**, Santa Catarina, 31 de jun. de 2018. Disponível em: www.g1.globo.com Acesso em: 21 de nov. de 2018.

- LEITE adulterado no RS chegou à mesa do consumidor, diz MP. **G1**, Rio Grande do Sul, 17 de set. de 2015. Disponível em: www.globo.com. Acesso em: 21 de nov. de 2018.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 185 p.
- MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. (Tradução Walter S. Maia). São Paulo: Global Editora, 1977. 140 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *In: Boletim de Geografia Teorética*, v. 25, n. 49-50, p.15-58, 1995.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 437 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, nº 02, p. 391-431, outubro de 2014.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1925)**. (Tradução Fernando Andrada Tapia). Madrid: Alianza Editorial, 1983. 327 p.
- SILVA, Edson Batista da. O cercamento do campesinato pelo capital em Itapuranga, GO. **Geografia em Questão (Online)**, v.08, p.93-108, 2015.
- SILVA, Jerri; TSUKAMOTO, Augusto da. A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 243 p.
- TOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. (Tradução de Denis Bottmann). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 204 p.

- VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p
- VERGÉS, Armando Bartra. **El Hombre de Hierro:** limites sociales y naturales del capital em la perspectiva de la gran crisis. Cidade do México: Editora Itaca, 2014a. 257 p.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). *In:* AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. p. 43-177.